

OS LIMITES DA TEORIA, E A PLASTICIDADE DO TRABALHO (REPENSAR AUTO-CRÍTICO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL)

ANTONIO THOMAZ JÚNIOR*

Resumo: As eventuais fronteiras e as pré-definições do que é esta ou aquela classe social, não mais nos permitem compreender as complexas tramas sociais do universo do trabalho e seus mundos, fragmentados nas diferentes situações laborais e contextos de dominação, subordinação, sujeição, e identificados também enquanto fragmentos no âmbito da práxis teórico-política. Isso demanda urgente reconceitualização, com o propósito de refletirmos as limitações presentes na identificação do que é ser camponês, ser operário, ser trabalhador autônomo, domiciliar, etc., no âmbito da realidade social do trabalho, do desemprego, da luta pela Reforma Agrária, e do conflito de classes. Isso se passa sem que se dê conta que o edifício social sob o referencial da centralidade do trabalho, continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista, todavia à base de crescente precarização/desqualificação/fragilização de contingentes expressivos de mulheres e homens trabalhadores. Está em questão entendermos a dialética existente entre as dimensões material e subjetiva do trabalho, e a aposta em um novo internacionalismo do trabalho anticapital, em suas diferentes expressões, seja nos campos seja nas cidades.

Palavras Chave: camponês; operário; trabalho; emancipação social; classe trabalhadora.

* Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT); pesquisador do CNPq; autor dos livros “Por trás dos canaviais os nós da cana”. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002; e “Geografia Passo-a-Passo”. Santiago de Compostela: Editorial Centelha, 2005. C.P.: 467. CEP 19060-900. Presidente Prudente (SP). Tel. (18) 3229-5375 Fax: (18) 3221-8212. thomazjrgeo@fct.unesp.br
thomazjr@pesquisador.cnpq.br

1. Introdução

Nossos estudos nos têm revelado que a sociedade vem sendo modificada intensamente nas últimas décadas, por conta do movimento contraditório da reestruturação produtiva do capital, o que tem atingido duramente o trabalho, a estrutura de classes, e a própria dinâmica das dimensões objetiva e subjetiva dos trabalhadores.

Está-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial, que adotam as formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização do processo de trabalho, e que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação crescente de milhões de camponeses, no aumento crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho.

Esse é o caminho mais seguro para construirmos novos referenciais teórico-metodológicos para vislumbrarmos a compreensão do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado e precarizado. Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação à diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, as centrais sindicais, os movimentos sociais, as associações, os partidos políticos, e para os trabalhadores em especial.

Nos centros urbanos as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração de capital, do crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora. Nos

campos esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparados, pois, direta ou indiretamente pelo modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e pelo regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

É como se o projeto de desenvolvimento tivesse que ser *único* para o conjunto da sociedade, homogeneizador de valores e *sabores*, passando pelos princípios, pela ética, pela ideologia, etc., é como se metaforicamente estivéssemos diante da *macdonaldização* do planeta à sua imagem e semelhança. Todavia, que seu recorte para o campo fosse afinado aos interesses exclusivos de classe, das classes dominantes, nacionais e estrangeiras. Estas, representadas, pois, pelas grandes empresas capitalistas relacionadas ao circuito produtor/processador/distribuidor agroaliment'qario ou ao agronegócio, cujos vínculos se estendem de forma mais ou menos expressiva ao

para vislumbrarmos a compreensão do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado e precarizado

capital industrial (químico-agroaliment'ari o), capital bancário e financeiro, aos latifundiários, grileiros de terras públicas e devolutas.

Municiado por esses referenciais o capital em nível internacional se propõe: a) sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores, atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e a sujeição dos camponeses, sendo que ao recriá-los subordina-os com mais intensidade; b) blindar

qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado; c) deteriorar e precarizar as condições de trabalho; d) intensificar as jornadas de trabalho; e) ampliar os horizontes da adoção da mão-de-obra infantil; f) desempregar assalariados; g) fragilizar relações de trabalho formais; h) intensificar as práticas da terceirização e das cooperativas de trabalho; i) rebaixar salários, etc.



Esse padrão de racionalidade capitalista se estende para todo o tecido social, efetivando-se territorialmente com especificidades, e capitaneado por procedimentos e rotinas que negam qualquer outra possibilidade de forma de inserção do trabalho na atividade laborativa que não tenha vínculos diretos com a reprodução do capital, mas sobretudo que seja guiada e comandada por esses objetivos.

Assim, a reprodução de formas de produção como a praticada pelos camponeses são rechaçadas, mesmo que haja determinados interesses econômicos no seu formato estruturado no trabalho familiar, todavia tem subordinado seu processo autônomo de geração de renda e de excedentes.

É importante destacar que a aceitação paradoxal por parte do capital do *ser* camponês

está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar e camponesa do trabalho.

O recorte das nossas reflexões é priorizar o fluxo de relações que vincula as mudanças no perfil dos camponeses com a composição em suas fileiras dos operários urbanos e rurais, com suas trajetórias também específicas e as vias de comunicação entre essas frações do universo do trabalho no âmbito de uma realidade que está sendo construída por meio das ocupações de terra, ou da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Contudo, os caminhos a serem percorridos para nos permitir entender a complexa trama de relações que recobre todo o tecido social, considerando a amplitude das contradições, com todas as variações e combinações, ultrapassam os limites assumidos para esse texto.

Para esse momento, colocamos em discussão as dificuldades de compreensão da complexa trama de relações da dinâmica geográfica do trabalho no Brasil, nessa viragem do século XXI, considerando especialmente os limites/barreiras sediados no âmbito teórico-conceitual-ideológico do marxismo. Isto é, o que entendemos sobre o mundo do trabalho, quando nos utilizamos do instrumental teórico que vimos utilizando, amparado no marxismo? O mesmo diríamos sobre o conceito de classe trabalhadora. Se assalariado (rural e urbano), à primeira vista a identidade de operário se

consoma, e se produtor autônomo no campo, camponês, subproletário, ou trabalhador em vias de extinção.

Não estamos nos distanciando dessa corrente de pensamento. Ao contrário, apenas estamos nos propondo a mapear o que conseguimos explicar da *totalidade viva do trabalho* (MÉSZÁROS, 2002), ou nos envolvermos concretamente nos desafios de fazermos a autocritica radical e consciente para que possamos entender os movimentos, os sentidos do trabalho, e os seus desdobramentos e significados no âmbito da classe trabalhadora, em meio às *mutações* provocadas pela reestruturação produtiva do capital.

2. Reestruturação Produtiva do Capital e Centralidade do Trabalho

A reestruturação produtiva do capital produz novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialment e capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariament o, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses.

*a precarização da
força de trabalho (do
trabalho vivo) em geral
assume formas sócio-
histórico-geográficas
diferenciadas ao
longo do processo de
desenvolvimento
capitalista.*

Assim, a precarização da força de trabalho (do trabalho vivo) em geral assume formas sócio-histórico-geográficas

diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

A título de exemplo poderíamos elencar os trabalhadores de *telemarketing*, os digitalizadores, os trabalhadores envolvidos na cibernética de modo geral, que em grande medida se vinculam ao mercado de trabalho na modalidade de subcontratados, terceirizados, ou formas derivadas da informalização.

As repercussões desse processo para o conjunto dos trabalhadores refletem um quadro em que a classe trabalhadora aumentou de tamanho, em quantidade, porém de forma heterogênea, fragmentada, diferenciada pelos territórios e lugares, e crescentemente mais precarizada.

Assim, na América Latina, África, Sudeste Asiático e mais porções periféricas da Europa e da Ásia Central, nota-se de forma muito mais intensa do que nas outras partes do planeta, diferentemente do que se assevera aos quatro cantos de que o trabalho está diminuindo ou está acabando, por meio de afirmações assemelhadas ao fim do proletariado, fim do trabalho, e de sua centralidade – aliás, afirmações amparadas nas realidades européia, nipônica e norteamericana – a presença de aumentos impressionantes dos contingentes de trabalhadores.

Disso poderíamos sintetizar que o trabalho não está acabando, o emprego sim é que está moribundo. A afirmação que se repete de forma equivocada, que se caminha para o fim do trabalho, tem que ser repensada, pois, o que está em questão é a eliminação/precarização do posto de trabalho com garantias, com reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade social e previdenciária, etc.

Como assevera Antunes (1995, p.78): “Mais fetichizada do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea (...) reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema

produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado”.

No âmbito da crítica marxiana à economia política, notamos que sob a vigência e mando do capital, o trabalho estranhado é, por conseqüência, (des)efetivação, (des)indentidade, e (des)realização, especialmente nos últimos tempos com a crescente e intensa mobilidade de formas de expressão e da plasticidade do trabalho vivenciadas pelo trabalhador diante dos signos imperantes do século XXI.

Se não entendemos esse processo pelo viés da dialética existente entre negatividade/positividade, e por via de conseqüência a potência emancipadora do trabalho, que ao negar a sociedade do capital se afirma enquanto ator-sujeito transformador, não nos será possível defender sua centralidade como pressuposto para a construção de uma sociedade anticapital. (MÉSZÁROS, 2002).

Seria impossível conceber a eliminação do trabalho, ou até em certo limite da classe trabalhadora, enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital, a vigência do valor trabalho.

Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: “se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (...) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (ANTUNES, 1995).

Podemos dizer que apostar na infertilidade da não centralidade do trabalho, ainda que 2/3 da humanidade viva o flagelo da precarização, da exclusão, e de todas as formas de subordinação/dominação/expropriação/sujeição, do desemprego, é o mesmo que não conseguirmos ir além do visível, ou apostarmos na incapacidade de apreendermos

as contradições objetivas e subjetivas da estrutura social.

O que estamos colocando em discussão é a íntima relação que existe entre a fragmentação do trabalho e a fragmentação da práxis teórica que se propõe formuladora e propositiva para sua emancipação do jugo do capital. Ou seja, nossa linha de enfoque está direcionada para as limitações e os problemas concernentes às teorias formuladas no âmbito do marxismo libertário, voltado para a compreensão da classe trabalhadora (ou ainda restrita às frações de classe); portanto não priorizamos as polêmicas e as divergências com as demais correntes teóricas.

3. (Des)realização do Trabalho, e Resistência dos Movimentos Sociais

Então, a questão central permanece: o que entender do constante e cada vez mais intenso fluxo de trabalhadores urbanos que realizam inúmeras tarefas/atividades nas cidades, e migram de categorias/corporações sindicais? Como, então compreender a situação daqueles em que a maioria dos seus ascendentes que um dia já foram camponeses, e que agora retornam ao campo, sobretudo, via

*a potência
emancipadora do
trabalho, que ao
negar a sociedade
do capital*

as ocupações de terra? O que dizer sobre as atividades realizadas nos centros urbanos por aqueles que de alguma maneira já estão no campo, e retiram parcialmente o sustento de sua família das atividades agrárias.

É como se pudéssemos pensar esse quadro a partir da simulação se camponês, se operário, num movimento de ida e volta, a plasticidade refeita do trabalho, lastreada nas mediações que redefinem a (des)realização do trabalho e da classe trabalhadora, para expressar os recortes de identificação de classe

sintonizados para aqueles que pensam, atuam e pesquisam cada uma dessas expressões concretas da existência do trabalho.

Com isso, se estão abordando situações e realidades específicas dos trabalhadores assalariados: todo esforço converge para esse recorte, sem contar se a opção incide sobre experiências urbanas e rurais, sendo que em algumas situações, outras formas de expressão do trabalho, como os camponeses, nem sequer são consideradas, para tomarmos um exemplo concreto.

O mesmo se passa quando estamos diante de estudos, discursos, documentos e posicionamentos que têm como ponto de referência o campesinato, pois o campo fica restrito a essa forma específica da realidade social,

resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância, ou ainda, sintonizadas a menor destaque caso se expressem no urbano, numa clara e inequívoca tomada de posição em favor do campo. Essa primazia equivocada também se expressa para aqueles que se dedicam unilateralmente ao operariado urbano, ou às formas de trabalho assalariado, e autônomos nos centros urbanos.

Os interesses corporativos prevalecem e o esvaziamento e neutralização do enfoque de classe são assumidos dessa forma, em favor da concepção estranhada de trabalho, com nítidos

conteúdos de individualidade e unilateralidade social, política e ideológica do trabalho.

Isso nos põe a pensar na própria fundamentação da separação entre sujeito e objeto, que não é privilégio das correntes positivistas, mas para centrarmos as atenções aos objetivos desse texto, diríamos que se faz necessário um reexame profundo dos fundamentos teórico-metodológicos que dão sustentação aos pressupostos e paradigmas interpretativos da sociedade atual. Isto, pois, para alcançarmos a emancipação da humanidade do metabolismo do capital como pleiteamos, temos que colocar sob o crivo da crítica e da autocritica a superação dos limites teórico-científico-políticos, diante do cenário que questiona essas delimitações e, por consequência, as teorias e os conceitos que se apresentam para esse fim, porque estão apropriados para realidades específicas e particulares do trabalho. Não queremos com isso defender que a teoria não é importante, tampouco que o esforço de teorização é substituível.

Mais precisamente, centramos nossas reflexões, com base nas pesquisas concluídas e em andamento, para colocarmos em questão os limites explicativos da realidade do trabalho em respeito ao movimento que requalifica constante e continuamente os deste e sua totalidade viva, por meio da reinserção laborativa dos trabalhadores, na grande maioria dos casos, circunscritos às expressões mais precarizadas, e informais.

Entendemos que, dessa forma podemos recolocar em questão a realidade plural da barbárie que atinge o universo do trabalho e territorializa-se por todos os pontos cardeais; os conflitos de classe cada vez mais intensos e mundializados; a informalidade e a insegurança no trabalho, que respondem massivamente ao chamamento do capital pela liberalização. Ou seja, o que tem transcorrido e feito da fome, do desemprego e da migração de legiões de desempregados e de

*Entendemos que,
dessa forma
podemos recolocar
em questão a
realidade plural
da barbárie que
atinge o universo
do trabalho e
territorializa-se
por todos os
pontos cardeais*

desterreados, a alternativa final e única para os trabalhadores, pode ser objeto de outra forma de tratamento e abordagem.

É oportuno manifestarmos nossa inquietação em relação às avaliações e entendimentos do processo social, que sustentam posicionamentos que a nosso ver não nos possibilita situar no tempo e no espaço as contradições que se enraizam na realidade do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil.

Por isso é imprescindível que façamos prevalecer nosso comprometimento social, político, ideológico como pesquisadores/militantes, e que tenhamos

arrojo e coragem para reconhecermos ser necessário superarmos as travagens teóricas, amparados, pois, na constante autocrítica. A confiança de que podemos vencer essas

dificuldades é o que tem nos motivado às pesquisas, às experiências vivenciadas pelos trabalhadores e suas organizações, e também às de pesquisadores, tanto no Brasil quanto em nível internacional.

Assim, não nos passa por uma “leitura” parcial da realidade social, e portanto pretensamente aglutinadora de amplos setores da classe trabalhadora, simplesmente pela notoriedade midiática que algumas organizações camponesas têm alcançado, mas sim, observamos os efeitos positivos para os camponeses e para os trabalhadores de maneira geral, dos quatro cantos do planeta, com a entrada em cena dos movimentos camponeses, tais como o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST), Movimento dos Pequenos

Agricultores (MPA), e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil (esse último embalado sob os efeitos da grande Marcha à Brasília, de maio de 2005); o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México, com o chamamento recente da 6ª Declaração da Selva Lacandona, de julho de 2005, que se propõe unir concretamente a luta indígena à luta dos demais trabalhadores, por meio de uma aliança antiglobalização; as movimentações camponesas e operárias na Bolívia, que erguem um chamamento de amplitude para todos os trabalhadores, contra o entreguismo das riquezas naturais e o descaso dos políticos para com as mazelas sociais; as organizações

camponesas nas Filipinas, que reivindicam mudanças estruturais em favor do emprego e do combate à fome e à corrupção.

Em outros países da América Latina destacam-se as ações conjuntas

entre camponeses e trabalhadores assalariados rurais e urbanos por terra, condições de trabalho; emprego, como o que vem se concretizando especialmente no Brasil, no estado de Pernambuco, com as ações conjuntas coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), MST, MLST, e outras organizações de Sem Terras; as ações em âmbito internacional programadas pela Via Campesina, e demais entidades filiadas.

É importante chamarmos atenção para as compreensões isoladas e desconectadas da processualidade histórica e geográfica do trabalho, que ao desconhecerem ou não reconhecerem as ações concretas dos trabalhadores, não explica as contradições expressas na *desordem* do conflito de classe, nos projetos políticos em disputa, nas lutas

o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México, com o chamamento recente da 6ª Declaração da Selva Lacandona, de julho de 2005, que se propõe unir concretamente a luta indígena à luta dos demais trabalhadores, por meio de uma aliança antiglobalização

anticapital, nos diferentes tempos e lugares, sejam operários, sejam camponeses, sejam os trabalhadores que compõem as cifras da perversidade da barbárie do capitalismo tardio.

Assim, não se poderia continuar apostando nos modelos interpretativos que prescrevem que os trabalhadores assalariados (consagradamente proletarizados) – como no caso da agroindústria canavieira – que é o que vimos estudando ao longo dos últimos vinte anos, e também o recente estudo realizado por Mendonça (2004) no qual apresenta as contradições existentes no interior da sojicultura em Goiás -, restringem suas reivindicações ao universo proletário, como: melhores salários, condições de trabalho, equipamentos de segurança, etc.

*enfrentamento
converge para o
eixo central do
conflito social, de
classe e, portanto,
político-ideológico*

Portanto, não se admite a possibilidade de outros aspectos, nas lutas e tampouco nas reivindicações dos trabalhadores proletarizados, como terra, Reforma Agrária, condições para produzir, pois estes estariam reservados ao universo camponês *stricto sensu*. Nesse aspecto valeria recorrermos às indicações de Woortmann (1990), quando preocupado em defender a idéia de campesinidade, enquanto qualidade de um processo que dimensiona o aspecto da subjetividade como pista central para se reconhecer nas situações menos camponesas, como na plantation. Poderíamos recorrer por nossa conta e risco às áreas hegemônicas pela agroindústria canavieira em São Paulo, e em outras regiões do país, onde não se poderia prever esse componente com objetividade, no entanto, pode aflorar no plano das reivindicações, das representações, dos valores, tal como diagnosticamos nas pesquisas que

vimos realizando nesse ramo de atividade, e mais recentemente também, em outras regiões canavieiras, tais como na Zona da Mata em Pernambuco.

Entender a rica e contraditória trama de relações que dá sustentação e referência para os movimentos sociais, para as lutas específicas, tanto por melhores salários, emprego, Reforma Agrária, créditos para plantio, etc., é imprescindível para que possamos efetivamente exercitar plenamente as convicções de que a classe trabalhadora nesse início do século XXI só poderá ser entendida se formos capazes de enxergar o movimento constata de (des)realização do trabalho que qualifica a plasticidade existente entre suas diferentes formas de materialização, sob então os signos e os imperativos de diferentes relações sociais.

Então, mesmo admitindo que a luta pela terra e pela Reforma Agrária não é entendida como um fim em si mesmo, todavia as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, redefinindo o conteúdo do próprio campesinato, e reunindo forças dos movimentos sociais de distintas áreas de militância e lugares diversos, cujo enfrentamento converge para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico.

Ou ainda, se nos distanciássemos de focá-la sob os referenciais da crítica construtiva, em que medida estaríamos compreendendo como se espacializam os movimentos sociais na conjuntura das lutas e nas disputas territoriais, ora pautadas em princípios táticos mais críticos, ora mais afeitos às negociações e acordos, ora mais independentes das políticas públicas e oficiais? É o caso de recorrermos à conjuntura de 2005 para ponderarmos a respeito da mobilização consciente das bases, sobretudo diante das idas e vindas do MST (*bate e assopra*) e do quadro de alianças políticas que compõem o arco de

sustentação do governo Lula, agravadas com as denúncias de corrupção dentro do governo e na cúpula dirigente do PT, e que avassala amplos segmentos da “esquerda” no Brasil.

Em outros termos, a política sistemática de reivindicação e o protesto, apesar de conterem valioso significado político para o conjunto dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra e para os demais também, empolgam sobremaneira a burocracia dirigente dos movimentos sociais (fardo que não escapa ao MST), pois estabeleceram um limite de relacionamento junto aos governos que indica até uma forma de manter os fluxos de interesses, e outras benesses.

Com isso reforçamos a estimativa de que não devemos assumir *a priori* a avaliação defendida pelos dirigentes e lideranças dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, sem antes correlacionarmos a dinâmica geográfica do tecido social do trabalho, os conteúdos políticos das principais bandeiras de luta, e as contradições que regem esse processo na sua totalidade.

Assim, a dialética da dinâmica geográfica do trabalho, ou do seu movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do fenômeno do trabalho, ou mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares. (THOMAZ JR., 2004).

É no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção, do processo

mais geral da reprodução ampliada deste e dos impactos para o universo do trabalho, que também reproduzem relações não essencialmente capitalistas, que podemos entender o campesinato no âmbito da classe trabalhadora; pois são essas relações que revelam a realidade camponesa nessa viragem do século XXI. Dessa forma, imerso no metabolismo social do capital e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças políticas do trabalho, podemos entender o camponês e o campesinato como integrante da classe trabalhadora, imerso, pois, no metabolismo social do capital¹ e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças políticas do trabalho.

Em outros estudos pudemos apresentar os fundamentos dessa compreensão sobre o campesinato, e aqui sintetizamos três aspectos, com base no princípio de que: a) apesar de tratar-se de um

ator-sujeito social não vende força de trabalho para o capital (daí então a simetria de ser entendido como não trabalhador, mas sim como profissional), b) é também pelo fato de ser proprietário dos meios de produção e portanto, possui autonomia em relação ao trabalhador assalariado (o que o distancia ainda mais do universo do trabalho, com base nos parâmetros consagrados pelos modelos explicativos), c) estendemos nossa compreensão do camponês no universo do trabalho e da classe trabalhadora, o que nos mantém envolvidos para participar da construção desse conceito.

a dialética da dinâmica geográfica do trabalho, ou do seu movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do fenômeno do trabalho, ou mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares.

A oportunidade de avançar os estudos e investigações sobre a realidade do trabalho é a fonte concreta para atentarmos para a construção/destruição/reconstrução cotidiana dos significados e sentidos territoriais do trabalho nos diferentes lugares.

Aceitar esse desafio intelectual e político é participar sobremaneira da possibilidade de contribuir para a construção de instrumental teórico-metodológico capaz de subsidiar com capacidade explicativa e analítica, o entendimento da realidade que se apresenta nessa viragem do século XXI para a classe trabalhadora.

4. Os Limites da Teoria: *Viva a Teoria!*

Os desafios estão postos, e para nós o mais importante é assumir que há limitações teóricas de elevada monta para entendermos o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil.

Não seria o caso de recuperarmos aqui todo o percurso da crítica da economia política empreendida por Marx, fundamentalmente em sua obra seminal *O Capital*, tampouco ampliarmos os horizontes para autores que estão defendendo posicionamentos por fora do empreendimento de superação das amarras do capital. Todavia, é imprescindível para os nossos objetivos enfatizarmos a engenhosa elaboração crítica de Marx sobre o movimento contraditório da acumulação de capital e as vinculações e desdobramentos para a organização dos trabalhadores e construção do socialismo.

Esse é o referencial que seguimos e que nos possibilita reconhecer filosófica e cientificamente que Karl Marx é um autor vivo ainda no século XXI. Entendê-lo, decifrá-lo e manter o diálogo freqüente com os demais interlocutores é o caminho que estamos percorrendo para fundamentarmos a crítica radical ao capital.

Assim, tendo em vista que uma das conseqüências imediatas da extensão da lei do valor é acelerar a dissolução das comunidades e sociedades que produzem em conformidade com o valor de uso (concreto) ou ao autoconsumo, como é caso do campesinato, e que ao mesmo tempo, a verticalização dos pressupostos eminentemente capitalistas da reprodução do capital, dissolve e refaz relações não capitalistas no interior do trabalho, entendemos que se faz necessário ampliar os horizontes dos significados, tanto de trabalho (como categoria marxiana) quanto da classe trabalhadora.

Esse intento nos põe atentos e perseverantes porque a resistência a qualquer incremento na formulação original marxiana é muito marcante para alguns autores.

Lessa (2005)

*o caminho que delimita a
estamos blindagem a
percorrendo para qualquer elemento
fundamentarmos a novo nos
crítica radical ao pressupostos
capital. teóricos, quando
nega a
necessidade da
ampliação do
significado de
trabalho e de*

classe trabalhadora, asseverando que o proletariado não se dissolveu nos trabalhadores, para se contrapor aos posicionamentos daqueles que protagonizam essa tese, particularmente quando argumentam, que não há mais o antagonismo da época de Marx entre proletariado e burguesia, mas sim uma contraposição mais global entre trabalho e capital. Ou ainda como aponta Bernardo (2004), quando diz que o “desaparecimento da classe operária” corresponde a uma expansão sem precedentes da classe trabalhadora.

Valendo-nos disso, se faz imprescindível refletir detidamente os pressupostos do

marxismo ortodoxo de que somente a classe operária se encarregará de libertar os trabalhadores do jugo do capital, tendo em vista viver esta a radicalidade de somente possuir a força de trabalho, e de manifestar oposição radical ao capital. Isto é, diante do complexo quadro social do universo do trabalho, da dinâmica do conflito e da própria práxis da luta de classes, se não compreendermos as contradições concretas do tecido social, ficaremos de costas para o processo social, para as exigências e desafios desse contexto histórico e eternizaremos determinados referenciais teóricos, políticos e ideológicos que não nos permitem entender/intervir na raiz do conflito de classe.

Notamos, pois, que o conceito de classe operária, em muitos casos entendido como proletário (urbano e rural), necessita ser repensado em sua dimensão teórica mais sintomática e empiricamente. Sob os preceitos da crítica fundada no processo

histórico do desenvolvimento do sistema do capital, podemos apreender que o operário (proletário) do século XVII e XVIII, do capitalismo manufatureiro, de um mundo burguês pré-moderno é diferente nos marcos do século XIX, do capitalismo industrial da 1ª Revolução Industrial, e sobretudo, daquele do século XX, do capitalismo industrial da 2ª Revolução Industrial, das novas fronteiras da modernização, sem contar os anúncios desde suas últimas décadas do século XX, e que adentram no século XXI, a 3ª Revolução Industrial, e os rearranjos provenientes da robótica, da cibernética, da engenharia genética, da flexibilização das relações de

O proletário de hoje é muito diferente em sua dimensão objetiva e subjetiva, e também do ponto de vista de classe, em relação ao passado.

trabalho, e das diferentes variações do toyotismo, os círculos de controle de qualidade, etc. O proletário de hoje é muito diferente em sua dimensão objetiva e subjetiva, e também do ponto de vista de classe, em relação ao passado.

É nessa urdidura que compreendemos as contradições e a síntese das múltiplas determinações da totalidade expressa no conceito de classe trabalhadora que intentamos refletir com base nas múltiplas dimensões do contexto social do trabalho, com destaque, pois, para o papel da experiência na compreensão das contradições do processo histórico (THOMPSON, 2001).

Disso depreendemos que a classe trabalhadora se apresenta multifacética internamente, e diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta ainda mais a constituição de uma consciência de classe para si. Ou ainda, se não consideramos as diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassa as demarcações preconcebidas, se nos campos ou se nas cidades não nos é possível compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe, tampouco os *novos* enfrentamentos e desafios para a construção de referenciais anticapital, ou a espacialidade dos *novos* territórios em conflito.

Oferecemos ao debate a idéia de que as postulações preconcebidas e desenhadas sob os pressupostos de outras contingências históricas e de notável distanciamento com a formação social e do embate de classes, devem ser objeto de profundo repensar crítico.

Portanto, a questão que apresentamos não é de natureza semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica, política. Ou seja, o que se denomina como subproletário no contexto em que se atribui as denominações que escapam da formulação clássica de proletário, contém quais elementos explicativos de agora? A realidade atual pode ser entendida a partir desses referenciais?

Assim, se nos propomos o desafio de entender, de fato, o que ocorre na estrutura de classe no Brasil, no que toca às relações que redefinem profundamente os sentidos do trabalho nos campos e nas cidades, e as repercussões disso com o crescimento da informalidade e das diversas expressões da precarização e desemprego em massa, seguramente teríamos que nos preparar para não dissociarmos esse quadro geral do papel social, econômico e político do campesinato, no âmbito do conflito da luta pela terra e pela Reforma Agrária, e das alternativas de futuro para a classe trabalhadora.

É importante lembrar que a Reforma Agrária não é entendida como um fim em si mesmo, mas sim como etapa da luta que comunga um projeto estratégico e de lutas que viabilize ações concretas anticapital, vinculadas, pois, à realidade da consciência de classe do conjunto dos trabalhadores. E mais, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, redefinindo o próprio conteúdo do campesinato.

Temos que eleger os fatos e os aspectos da contemporaneidade, sem todavia tergiversarmos dos postulados teóricos, metodológicos e ideológicos encimados no materialismo histórico e dialético, especialmente a defesa de um novo internacionalismo do trabalho anticapital, em suas diferentes expressões, seja nos campos seja nas cidades, e que seja capaz essa aliança de exarar a luta antiimperialista dos povos e da classe trabalhadora. Esse constante devir da realidade, histórica e geograficamente redefinidas é o nosso suporte para compreendermos os desafios que estão colocados para a classe trabalhadora na construção de referenciais anticapital.

A presença do campesinato, notadamente pela sua resistência em não desaparecer era o sinal de que o período transitório para a definitiva implantação do

capitalismo no campo ainda não se havia implementado, sendo que assim que se efetivasse os camponeses desapareceriam. (KAUTSKY, 1982).

Esse posicionamento que atravessa os tempos e que reserva aos camponeses uma segunda ordem de importância, tendo em vista não lhes corresponder nenhum papel relevante na luta de classes, está baseado, pois, no fato de que não ocupam lugar central na produção do valor. Diferentemente do operário, os camponeses não estão unidos entre si por relações múltiplas, e também o fato de serem

*a Reforma Agrária
não é entendida
como um fim em
si mesmo, mas sim
como etapa da luta
que comunga um
projeto estratégico
e de lutas*

proprietário da terra não lhes possibilita consciência crítica em relação à superação da propriedade privada, e das contingências políticas e históricas do passado, sobretudo nos séculos XVIII e XIX na Europa (Inglaterra, França, Alemanha).

Em síntese, os camponeses são entendidos no plano da subalternidade em relação à classe operária, e conservadores por resistirem ao desaparecimento, sua prática conflitiva teria que ser neutralizada ou aliada aos pressupostos do protagonismo da classe operária (rural e urbana).

Para completar esse raciocínio acrescentam que nos países tipicamente capitalistas, a classe operária industrial/urbana revolucionária engloba sem restrições o operário agrícola das grandes empresas, mas evita a regressão do operário rural à condição de pequeno camponês.

Em vista disso, defendia-se que não fazia sentido esperar que na periferia do

sistema fosse gestada uma formulação alternativa mais à frente do que a dos países centrais. Até porque os resquícios do atraso eram dimensionados como semifeudalidade, portanto o camponês seguia atado à terra, por múltiplos procedimentos extra-econômicos, e como fornecedor de mão-de-obra para os grandes proprietários rurais e para o setor industrial urbano. (LENIN, 1982).

Essa avaliação estava delimitada à estratégia que prescrevia que a superação do metabolismo do capital ocorreria nas sociedades capitalistas desenvolvidas e maduras, tendo em conta que nestas a relação de exploração do trabalho estaria mais generalizada e plenamente desenvolvida.

O posicionamento fundante de que o modo capitalista de produção não permite a existência do campesinato, parte do princípio de que a produção de mercadoria é a força totalizadora do progresso e do desenvolvimento das forças produtivas. Isso subentende que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a construção e passagem para o socialismo. Isto é, depois da revolução burguesa viria a revolução operária ou do operariado, e o triunfo do socialismo.

Os fatos da realidade que marcaram as primeiras décadas do século XX, com a Revolução Russa, em 1917, depois a Chinesa nos anos 1940, subverteram essas previsões, todavia não foram suficientes para alterar a estrutura conceitual e a ordem de grandeza das categorias analíticas da sociedade do capital.

Engels (1981), numa crítica contundente endereçada ao Programa Agrário do Partido Socialista Francês, em 1894, na Europa pré-

revolucionária, sustentava que os camponeses deveriam se constituir em outro sujeito político ou num operário agrícola, forjados no interior do processo de coletivização de terras, para assim contribuírem com a revolução e com a construção do socialismo.

Na mesma direção argumentava Kautsky (1981), quando asseverava que o parcelamento das terras não possibilitava a emancipação dos camponeses, diante da subordinação que os mantinha no circuito da miserabilidade. O sistema cooperativo deveria se adotado como pressuposto para reunir proprietários dos meios de produção e o trabalho, sendo, pois, essa, condição básica para superar a produção camponesa e construir o socialismo.

*latifúndio que
significava o atraso
do desenvolvimento
econômico e social
do país*

5. Os Passos de um Debate Inconcluso

No Brasil, o comparecimento desse assunto, no ambiente acadêmico, a partir de 1950 tem como alvo prioritário o projeto de desenvolvimento e de política industrial, onde o conceito de camponês aparece marginalmente no cenário intelectual e político por conta das Ligas Camponesas.

Nos anos 1960, a intelectualidade de esquerda estava envolvida com os rumos das lutas pela transformação social, sendo que as críticas mais contundentes foram dirigidas à manutenção do latifúndio que significava o atraso do desenvolvimento econômico e social do país, tendo vista representar os resquícios feudais, semifeudais e coloniais, que obstaculizavam o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do aumento da produtividade do trabalho (SODRÉ, 1967).

É por esse viés que se vinculam ao debate as idéias de Alberto Passos Guimarães, sobretudo com os clássicos “Quatro Séculos de Latifúndio” (1979) e a “A Questão Agrária” (1980). A compreensão de que a rigidez do sistema latifundiário brasileiro se opunha obstinadamente às mudanças capazes de abalar

sua continuidade era vinculada ao fato de que a revolução técnica na agricultura chegou demasiado tarde, e ainda é incompleta e parcial, firmando-se apenas em alguns setores e produtos determinados. Referia-se também à cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana e alagoana e na área canavieira de Campinas e Ribeirão Preto, em São Paulo.

É com base nessa “leitura” que apresenta a formulação que marcou identidade para os pesquisadores e estudiosos do temário agrário das décadas seguintes, o caráter *conservador da modernização* da agricultura no Brasil, ou sinteticamente: a “modernização conservadora” que se verificava nos anos 1960.

No entanto, no outro pólo do debate, se apresentava Caio Prado Júnior, que em 1966, com “A Revolução Brasileira”, defendia ser um equívoco aceitar a existência de relações feudais na sociedade brasileira. O direcionamento da crítica de Prado Jr., também expresso em outras obras, como em “A Questão Agrária” (1979), e em diversos artigos publicados na Revista Brasiliense, de forma pertinente confronta com a compreensão de que a história universal é uma sucessão ordenada dos modos de produção, ou dos “estágios sucessivos”, endossada, pois, na interpretação da inexistência de relações feudais no Brasil.

Em termos práticos, Prado Jr. (1979), não negava a existência dos camponeses na agropecuária brasileira, todavia considerava se tratar de um “setor residual da nossa economia”.

Os principais desdobramentos dessas formulações e que marcaram intensamente os debates políticos internamente aos setores da esquerda no Brasil, sobretudo no âmbito do Partido Comunista, desde a segunda metade dos anos 1960, e que ainda estão presentes é o fato de que como no Brasil não se vivenciou o feudalismo ou formas híbridas semif feudais, o camponês não existe e nunca existiu.

De essência risível e *irresponsável*, está-se diante de uma clara simplificação ou mutilação das reflexões de Prado Jr., e de toda a fundamentação dos próprios clássicos do marxismo, a começar pelo próprio Marx. Simplificação ainda maior quanto mais essas questões sejam abordadas e descontextualizadas do movimento contraditório que redefine os sentidos polissêmicos do trabalho, em cada tempo e lugar, tendo em vista as *necessárias* alianças políticas para a gestão do Estado, radicadas no reformismo anacrônico do PCB, e de setores do sindicalismo sob sua influência ideológica.

com a industrialização e a modernização da agricultura o campesinato estava fadado à extinção

Essas marcas que expressam, à primeira vista, desconhecimento, ingenuidade ou miopia intelectual e política, tamanho o desenraizamento do processo histórico, não nos têm permitido avançar teoricamente, quiçá no exercício da práxis das pesquisas.

Em outro momento do debate teórico, no Brasil, no final dos anos 1970, e que ainda hoje influencia sensivelmente as reflexões sobre o campesinato, mas seguindo os referenciais que indicavam seu fim, refletiam as teses defendidas por Lênin (1982), que sob a “leitura” de José Graziano da Silva (1982), indicavam que com a industrialização e a modernização da agricultura o campesinato estava fadado à extinção, e em seu lugar se teriam trabalhadores assalariados e capitalistas no campo. O conceito de pequena produção ganha visibilidade e substitui o de camponês, porque representava no plano teórico, segundo seus seguidores, a realidade do campo imerso às políticas “modernizantes” fortemente subvencionadas pelo Estado.

Da mesma forma que, mais recentemente, nos anos 90, comparecem defesas de posicionamentos que entendem que estão ocorrendo *metamorfozes* no interior do campesinato, sendo que esse modo de trabalho e de vida estaria sendo substituído pelo agricultor familiar - para diferenciá-lo do setor patronal - integrado ao sistema produtor de mercadorias.

O alcance desse vínculo se enraiza no agronegócio, para captar uma expressão do momento, numa clara alusão à “necessária” inserção no sistema produtor de mercadorias em bases tecnológicas (mecânicas, químico-

farmacêutico-biológicas, gerenciais), voltado para o mercado externo e de gestão empresarial. A agricultura familiar estaria

se efetivando como alternativa para fortalecer as fileiras do desenvolvimento das práticas capitalistas, ou seja, uma aposta no fim do campesinato.

Está-se diante de uma orquestração ideológica por parte dos segmentos hegemônicos e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra e da Reforma Agrária, que atingiu no início dos anos 1990, ponto de destaque, e logo foi abafada pelas ações repressivas do governo Collor para, na seqüência, assumir novamente a dianteira nas lutas sociais, já na segunda metade desta década.

Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que se somam a estes, e dão sustentação às estratégias da Política Agrária do governo brasileiro, que por sua vez está padronizada às formulações originárias no BM,

particularmente na Reforma Agrária de mercado, no desenvolvimento territorial rural, e apregoadas pela Política Agrícola Comum (PAC), da União Européia, e pela *Fam Bill*, dos Estados Unidos da América (THOMAZ JR., 2005b).

No entanto, não se está diante de uma realidade estática, mas dinâmica e que revela os conteúdos contraditórios dos conflitos subjacentes por meio da não aceitação mecânica dessa condição defendida sob os elementos norteadores da metamorfose do campesinato, que exclui os Sem Terras e inclui o agricultor familiar.

Assim, entendemos que tanto a recriação do campesinato por meio do arrendamento, da compra de terra, e da ocupação de terra, que segue rotinas específicas

no tocante à dinâmica da sujeição da renda da terra ao capital, também reflete os pressupostos da expropriação dos camponeses que se desterritorializam e vão vivenciar as experiências da proletarização, mas se recriam revitalizando os esquemas de sujeição e de subordinação, todavia também negando sua submissão à transferência de renda, e à proletarização em outro momento.

Então, é por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa. É também sob esse referencial que devemos sintonizar que, ao mesmo tempo em que a reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente presente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, que é, portanto, uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado se garante essencialmente pela luta e pela resistência.

nos anos 90, comparecem defesas de posicionamentos que entendem que estão ocorrendo metamorfozes no interior do campesinato

A luta e a resistência à proletarianização, ao pagamento/transfêrencia de renda da terra, que se materializam territorialmente na permanência e no acesso à terra, é o que nos mantém atentos à compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais que estão envolvidos diretamente nesse particular. E o movimento de desterritorialização e reterritorialização do trabalho, no Brasil, é o que nos permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos dos centros urbanos, e que carregam em seu interior formações e conteúdos sócio-culturais distintos, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios da resistência.

Se, para alguns, não há possibilidades de existência do camponês com a intensificação das relações capitalistas, tampouco é entendido como ator efetivo da resistência e das transformações sociais. No entanto, nas próprias formulações no campo marxista encontramos indicações importantes para entendermos o campesinato como parte do desenvolvimento desigual e combinado e da luta de classes.

Isso nos reserva as sinalizações para compreendermos a resistência, a luta e o conflito de classes como razão histórica do campesinato no capitalismo. Portanto, se os “leitores” de Marx o entenderem como teórico das uniformidades e não das rupturas, da luta de classes, nos passará despercebido o fato de que o campesinato é uma criação das relações contraditórias do capitalismo. A esse respeito, podemos destacar os estudos de Martins (1981, 1989), e de Oliveira (1991, 2004) que, apoiados em Rosa Luxemburgo, admitem a permanência do campesinato no interior do capitalismo. Esses autores entendem que as relações não capitalistas de produção no campo são criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Poderíamos acrescentar a esse respeito que a existência do camponês assentado não nega a lógica do capital, todavia ao mesmo tempo em que está vinculado à lógica deste, também descobre caminhos para o rompimento dessa submissão, por exemplo, participando de novas ocupações e engrossando as fileiras das manifestações anticapital e, no limite, fazendo opções para estender e manter seus princípios de sociabilidade, e produzir para o auto-sustento e para trocar as sobras, ao contrário, então, do que está prescrito nos manuais para a efetivação da moderna agricultura familiar, pois fundada no enquadramento do padrão tecnológico ditado pela estrutura mercantil de produção.

A própria história tem mostrado que a defesa da especialização da produção pode sim, ser a entrada dos produtores nas enrascadas dos financiamentos bancários, assunto tão conhecido dos camponeses

*a existência do
camponês assentado
não nega a lógica do
capital, todavia ao
mesmo tempo em
que está vinculado à
lógica deste, também
descobre caminhos
para o rompimento
dessa submissão*

brasileiros e de suas entidades de organização.

O deslumbramento das novas tecnologias e equipamentos é o que está subentendido nessa proposta, para viabilizar a competição com os produtores capitalistas.

Estamos de acordo com Oliveira (1994) quando pondera que a agricultura camponesa, ao contrário, deve adotar a alternativa defensiva de recuperação da policultura, baseada na produção da maioria dos produtos necessários para a manutenção da família camponesa, em oposição à lógica da

especialização, e diminuir ao máximo a dependência externa. Ainda que as pressões sejam direcionadas para a especialização, por meio da policultura, os camponeses produziram “vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (p.50).

Esse é um aspecto de muita importância para a disputa político-ideológica e para a manutenção concreta do campesinato, pois a unidade de produção camponesa ou comunitária (onde se avança para essa forma de organização) está apta a produzir uma grande diversidade de produtos e subprodutos de origem agropecuária, bem como oriundos do extrativismo, da pesca, incluindo não somente as comunidades de pescadores artesanais, mas também os criatórios.

Tudo isso está vinculado à cultura histórica da policultura, que se expressa numa infinidade de saberes e modos de lidar com a terra, com a água, com as sementes, com os bosques, com os animais, que tem possibilitado aos camponeses autonomia econômica e sobretudo, manter-se histórica e socialmente.

De forma mais abrangente, isso está contido à valorização da cultura, a preservação da biodiversidade, dos recursos naturais para a humanidade e para as gerações futuras, autonomia dos povos e das comunidades decidirem livremente sua soberania alimentar, e os vínculos que a produção agropecuária teria com os consumidores, baseados, pois, nos circuitos curtos de produção/consumo, na qualidade/sanidade dos produtos e preços remuneradores para os produtores e suas famílias.

*autonomia dos
povos e das
comunidades
decidirem
livremente sua
soberania
alimentar*

Esse patrimônio cultural está sendo duramente atacado e dilapidado pelas ações orquestradas pelo grande capital, pelos setores da burguesia e pelos Estados nacionais comprometidos com o desmonte das experiências comunitárias e autônomas, em nome do projeto único de modelo de sociedade baseado na mercadorização de tudo e de todos, e na autonomia do capital guiar os desejos e os valores para todos.

Os instrumentos mais chamativos desse processo são os insumos mecânico-químico-farmacêutico-genéticos, puxados na atualidade pelas sementes transgênicas, escudados no projeto hegemônico que os apresenta como defensores dos interesses das técnicas e da modernidade. São apresentados para substituírem/eliminar as comunidades que ainda manipulam suas sementes e as mudas, que se dedicam às práticas artesanais, e que por conta própria fazem o melhoramento dos animais e convivem de forma sustentável com a biodiversidade.

6. O Ser Camponês sob *Fogo Cruzado*

Apesar de ainda possuírem relativa autonomia, considerando-se a correlação de forças, os camponeses resistem a essa avalanche do formato único, do moderno, à especialização, ao endividamento bancário, porque têm clareza que sua permanência enquanto ator-sujeito está em risco.

Entendemos ser de suma importância apresentarmos essas idéias no debate público, para qualificarmos nossa compreensão sobre o conflito irreconciliável entre capital e trabalho. É imprescindível apostar na resistência e na busca de alternativas direcionadas para a construção da autonomia dos trabalhadores. Somam-se a esses argumentos, as formulações de Sevilla Gusmán e Molina (2004) quando defendem a produção e organização produtiva camponesa sob os princípios da agroecologia, pois de um enfoque transdisciplinar que aborda a atividade agrária desde a perspectiva

ecológica, propõem a vinculação entre solo, planta, animal, ser humano, e modo de produção; e acrescentaríamos a necessidade da emancipação anticapital de toda a sociedade considerar necessariamente o viés ecológico, porque somente assim poderá repor a dialética entre sociedade-natureza.

A polêmica que esse assunto recobre tensiona um debate que não se circunscreve à instância acadêmica, mas se enraíza também internamente ao movimento social, todavia deverá ser mais presente nas discussões.

Os fundamentos estruturais da formulação do Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA) do MST/CONCRAB estão ancorados no fato de que para a superação da miséria e da fome nos assentamentos, se faz necessária a superação da condição camponesa. E mais, ignorando as contradições inerentes à própria existência e sociabilidade camponesa, o documento assevera que pelo fato de “organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, o campesinato tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista”. (CONCRAB, 2001, p.07). Também expressa a posição dos dirigentes e coordenadores nacionais do MST em relação à dimensão dos camponeses, especialmente os assentados, enquanto classe social, pois argumenta que não possuem “consciência coletiva”, sendo que a causa principal é a forma como estão inseridos no processo produtivo.

Isto é, por serem produtores autônomos de mercadorias e em grande medida de produtos para subsistência, não visualizam o seu explorador, tendo em vista que não há patrão, e por não compreenderem o processo de exploração do seu trabalho e da família, quase sempre dirigem suas contestações ao governo ou aos setores dirigentes, restringindo suas reivindicações à garantia de melhores condições de preços. Por outro lado, o que constatamos por meio das pesquisas diretas e

dos resultados também colhidos por outros pesquisadores que se dedicam ao tema, é que a maioria dos trabalhadores contrariamente ao comando dos coordenadores nacionais do movimento, quer manter o controle do processo como um todo e se identifica com a policultura, ainda que almeje alcançar o mercado.

*agora agricultor
familiar, filiado
aos pressupostos
de gestão de uma
empresa, e não
mais à família...*

Até um certo ponto é inegável haver uma convergência de rumos entre o que defende parte dos dirigentes do MST, e os setores hegemônicos que estão à frente da formulação e execução das políticas públicas, e especialmente nos órgãos de fomento do desenvolvimento do capital.

Tanto para os setores do movimento social quanto para os artífices do movimento do capital é unânime a superação da condição camponesa. Só que para os primeiros isso é necessário para se alcançar o desenvolvimento social dos assentamentos, seguido do aumento da produção, da produtividade e melhores condições de competitividade no mercado, à semelhança de um capitalismo sem capital. Já para o outro segmento é imprescindível que tudo isso ocorra, só que com o diferencial de que tudo estaria subsumido à lógica do capital, e estaria assumindo a gestão do empreendimento um novo sujeito, agora agricultor familiar, filiado aos pressupostos de gestão de uma empresa, e não mais à família como elemento nucleador do produtor rural.

Sob esse fogo cruzado é que constatamos haver discordâncias internas ao movimento social, e que deverão requerer de nossa parte envolvimento direto no debate público.

De todo modo, é mais provável que o que se fortaleça nesse processo, considerando os pressupostos do caminho proposto pela parcela do MST, que defende a superação do *ser camponês*, é a capitulação e a conciliação de interesses que, seguramente, manterá a prevalência da racionalidade capitalista.

O que está em questão não é posicionar-se contrariamente às técnicas, mas sim aos pressupostos de sua utilização, objetivos e funcionalidade, diante da ordem metabólica do capital. Com os interesses vinculados à destruição dos ecossistemas, de desempregar a qualquer custo, para garantir o desenvolvimento das forças produtivas em nome do progresso, das técnicas, do aumento da produção de alimentos sob o argumento de barateá-los, sem que a sociedade e os trabalhadores possam criticar e democraticamente e decidir, não nos é aceitável.

Como a técnica e a tecnologia não estão orientadas para se converterem em instrumentos naturais para a abundância ilimitada para todos, tampouco as dimensões destrutivas do capital podem ser entendidas por fora do paradoxo: mais condições técnicas, maior destruição da natureza e da sociedade. Parafraseando Marx, queremos asseverar que se a técnica e a tecnologia não são contra o trabalhador, mas a favor do capital, o que fazer?

Subverter a ordem e apostar em novos referenciais e pressupostos de gestão da sociedade, porque a questão central não está nas técnicas em si, mas na aposta da superação da sociedade do capital. Isso requer que coloquemos ao revés os interesses e objetivos

que são atribuídos ao trabalho e aos meios de produção, ou seja, vinculá-los à produção de bens para assegurar o bem estar da sociedade e dos trabalhadores, e não mais ao circuito destrutivo de produção de mercadorias. Eis o que se reserva ao desenvolvimento científico e tecnológico, da mesma forma que a sociedade deve controlar os investimentos públicos visando a produção de tecnologias específicas para fins e objetivos planejados para todas as esferas da vida: dentro e fora do trabalho.

Em nível internacional, apesar das divergências existentes, especialmente quando se depreende o apego ao reformismo, entre os principais movimentos sociais envolvidos com a organização política dos camponeses,

os pressupostos do caminho proposto pela parcela do MST, que defende a superação do ser camponês, é a capitulação e a conciliação de interesses que, seguramente, manterá a prevalência da racionalidade capitalista

sobretudo no âmbito da CPE e da Via Campesina, há unanimidades que são importantes de serem destacadas. Além de principiar os documentos políticos e as resoluções dos eventos com a defesa intransigente

da Reforma Agrária sob o comando dos trabalhadores, e de políticas de manutenção dos camponeses e suas famílias na terra em condições de viver e produzir dignamente, destacam também: a) a adoção de técnicas e de tecnologias de acordo com as necessidades e desejos dos próprios trabalhadores, com o objetivo de garantir a alimentação, e responder às necessidades da sociedade com base na soberania alimentar; b) a importância de manter a produção camponesa vinculada a circuitos curtos, para privilegiar a produção em todos os lugares possíveis, e os laços culturais e a sociabilidade camponesa, ou um “mundo rural vivo”, densamente povoado; c) o acesso aos recursos terra e água, mas referenciado na idéia de serem bens comuns e que devem estar sob o controle dos trabalhadores, para que os

verdadeiros fins sejam garantidos, evitando assim a desertificação, a salinização das terras, e o uso indevido diante da especulação imobiliária e de projetos de desenvolvimento rural que estimulem o acesso e a manutenção dos camponeses na terra produzindo.

Isso retrata na contemporaneidade, tanto o revés da expropriação (contradição vinculada à reprodução e existência do campesinato), quanto o da raiz camponesa dos sem-terras que sustenta vivo o movimento social que tem na luta pela terra e nas ocupações, a perspectiva de fortalecimento da luta de classes no Brasil, e espraiando referências para outros movimentos sociais (rurais e urbanos) de todo o planeta.

7. Reforma Agrária e Emancipação: Retórica ou práxis?

O que ponderamos, então, é que as lutas em torno da posse da terra, ou mais ainda, da Reforma Agrária – mesmo com todas as limitações que essa estratégia de luta contém, tanto no âmbito da limitação das reformas, quanto em nível da limitação da ruptura pretendida com a sociedade do capital – têm sido capazes de mobilizar inúmeros setores do universo do trabalho no Brasil, inclusive em alguns momentos, sindicatos urbanos para ações pontuais.

No entanto, diante dos imperativos da desinformação, e dos demais instrumentos de controle ideológico sob comando dos setores hegemônicos da burguesia, do Estado, do grande capital, tem-se a prevalência da anti-solidariedade reinante no interior do universo do trabalho, dos movimentos sociais em geral, e da classe trabalhadora em particular. Alguns avanços estão em marcha e têm contribuído para a explicitação do conflito de classe, dos interesses divergentes em torno de projetos sociais em escala nacional, tais como os embates sobre as Reformas Trabalhista e Sindical, que se circunscrevem aos ambientes

das manobras palacianas e do Congresso Nacional. Inclusive as próprias Marchas Nacionais têm mobilizado amplos setores da massa trabalhadora, dos campos e das cidades, como a última de maio de 2005, que catalisou as forças e os apoios de amplos setores do sindicalismo e dos movimentos sociais em geral.

Por sua vez, esse conjunto de ações capitaneadas no âmbito da luta pela terra e da Reforma Agrária, no Brasil, tem produzido impactos em nível internacional muito

*conjunto de ações
capitaneadas no
âmbito da luta pela
terra e da Reforma
Agrária, no Brasil,
tem produzido
impactos em nível
internacional muito
positivos*

positivos, que influenciam amplamente a dirigentes, militantes e as próprias entidades e os trabalhadores de diversos continentes, como as experiências registradas pela Via Campesina, pelo Fórum Mundial dos

Pescadores, explicitadas publicamente durante o Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), realizado em Valência, em dezembro de 2004. Sem contar, um conjunto de ações e de referências que se multiplicam pelos movimentos sociais espalhados por todos os continentes, e que têm sido viabilizadas pelas ações e desdobramentos das cinco versões do Fórum Social Mundial (FSM), que já foi identificado como espaço de atuação de uma Internacional Camponesa; apesar das limitações de ter assumido, nos últimos dois anos, posição de certa neutralidade diante dos diversos interesses presentes no ambiente dos participantes; para não ter que optar claramente pela saída revolucionária, com essa ou aquela inclinação, ou pelas alianças e reformas, com esse ou aquele teor ou propósito, etc.

A *erupção* camponesa e do operariado/mineiro/industrial na Bolívia, em resistência à política econômica do governo e as reivindicações do Movimento Ao Socialismo (MAS), põe em questão alto grau de *entreguismo* da burguesia, da beligerância do Estado e dos sucessivos golpes, e a estrutura de dominação de classe nesse país do altiplano andino, que também conhece gigantesca concentração da propriedade da terra, onde menos de 100 famílias detêm 25 milhões de ha, enquanto 2 milhões de famílias camponesas, a maioria indígenas, detêm apenas 5 milhões de ha.

A origem camponesa dos trabalhadores mineiros ainda mantém certos vínculos com os fundamentos culturais da origem indígena, o que tem influenciado as ações mais extremadas de confronto, estabelecidas, por exemplo, pela Federação das Juntas Comunitárias (FJC), organização representativa do poder democrático dos trabalhadores e do povo pobre, majoritariamente composta por grupos indígenas e mestiços, camponeses, trabalhadores desempregados, mineiros, cocaleiros, professores, estudantes etc, que instruiu seus membros para formarem “brigadas armadas de autodefesa”, compostas por voluntários, para enfrentarem os maus tratos e assassinatos praticados pelas forças governamentais. E sobretudo, as ações praticadas pela Central Obrera Boliviana (COB) no caso das movimentações e da greve que derrubou em 2003, o governo de Gonzalo Sánchez de Losada (Goni), motivadas pela política neoliberal, dos cortes nos investimentos sociais modeladas pelo FMI, e

*as ações praticadas
pela Central
Obrera Boliviana
(COB) no caso das
movimentações e da
greve que derrubou
em 2003, o governo
de Gonzalo Sánchez
de Losada (Goni)*

pelo modelo danoso para a população boliviana em geral, e também em 2005, do seu vice, Carlos Mesa, que intensificou a crise, com a ambígua "lei de hidrocarbonetos", e de um novo imposto sobre a produção de petróleo e gás, que aumentaria um pouco os impostos para o Estado, mas deixaria ainda os recursos nas mãos das empresas multinacionais.

Essa proposta levou a uma onda de protestos durante o mês de março de 2005, que paralisou o país, e que até nos dias de hoje põe em xeque o controle do Estado sobre o comando das operações produtivas petrolíferas. E, mais recentemente, o chamamento da greve geral para finais de setembro de 2005 deverá produzir repercussões marcantes para a classe trabalhadora boliviana e para os demais movimentos sociais na América Latina.

Tanto o caso do estanho até meados dos anos 1990, ou mais recentemente o do petróleo/gás, e também a luta contra a privatização da água e a crescente produção monocultora e destrutiva da soja, da qual fazendeiros brasileiros controlam 35%, fazem emergir em cena as contradições do mundo rural e as bandeiras efetivas dos camponeses pela permanência na terra, melhores condições de vida, direito à alimentação e outras demandas típicas do campesinato empobrecido e ingressado na exclusão extremada, mas que de alguma maneira se junta às ações e bandeiras dos trabalhadores urbanos, proletários (ex-mineiros), e desempregados.

Em situação caótica também se encontram os trabalhadores paraguaios, pois tanto camponeses quanto assalariados estão à margem de qualquer garantia. O país divide com o Brasil o primeiro lugar em concentração da propriedade da terra, onde 72% das terras estão nas mãos de 2% da população, ou seja, uma minoria detém 32 milhões de ha, enquanto 250.000 proprietários têm 1,5 milhão de ha, ou 2% do total. O descumprimento das

leis e da constituição mantém à margem milhões de camponeses e indígenas que não têm acesso à terra, ou que já foram expropriados, e tampouco conseguem empregos em outras atividades. As alternativas que os movimentos sociais e mesmo os trabalhadores e a multidão de desempregados, têm encontrado são as ocupações de terra, que, aliás, vêm sendo violentamente abordadas pelos órgãos de polícia.

O significado da resistência dos camponeses e das multidões de populações nativas e de desempregados em torno do acesso à terra, tem requalificado o tema diante da opinião pública internacional, que mesmo não dando a devida atenção, mostra-se preocupada com os desdobramentos do crescimento e amplitude dos índices de pobreza, das vítimas da fome, da violência, da instabilidade política que tudo isso pode significar de modo mais amplo para o conjunto dos países, colocando em perigo a vida para todos.

A importância política para os movimentos sociais em geral e não somente camponês e das mobilizações de Chiapas, tem demonstrado ao mundo que os trabalhadores, os camponeses, grupos e nações indígenas estão mobilizados para a construção de novos referenciais de vida e organização autônoma, fundados em princípios de liberdade e para além das amarras do capital e de seus prepostos. Poderíamos lembrar da Sexta declaração da Selva, de Lacandona, divulgada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em junho de 2005, e que de pronto é um manifesto pelas liberdades democráticas e pela construção de uma nação livre do mando da burguesia e do capital, e expressa avaliações contundentes do atual estágio da luta de classes no México, diante dos mais altos níveis de exclusão social, econômica, e de perseguição política, escravização e de superexploração de trabalhadores e trabalhadoras.

Em se tratando desse assunto no país asteca, os casos mais conhecidos mundialmente de superexploração do trabalho são das maquilas ou maquiladoras. Podemos dizer que trata-se de centros de exploração intensiva do trabalho, para milhões de trabalhadoras(es), ou como se fosse um moedor de carne, que “tritura” a força de trabalho e a alma do ser que trabalha, pois são empresas transnacionais instaladas nas Zonas Francas que, apesar de usufruírem das benesses dos paraísos fiscais, são um verdadeiro inferno, expressando a moderna feição da escravidão do capital. Essa forma específica de exploração do trabalho, concentra em suas fileiras força de trabalho feminina, à base de mais de 90%, e os maus tratos, desrespeito à legislação sindical e trabalhista, e ausência de políticas públicas para contingente expressivo de camponeses e

As mobilizações de massa na América Latina, com amplo ascenso camponês e indígena, do México à Guatemala, ao Equador, à Colômbia, ao Paraguai, se destacam em nível internacional

camponesas, que estão à própria sorte diante da fúria da ALCA e da Política Agrícola norte-americana *Farm Bill*, reitera e intensifica a destruição das comunidades camponesas e do modo familiar e comunitário de organização da vida e da produção.

As mobilizações de massa na América Latina, com amplo ascenso camponês e indígena, do México à Guatemala, ao Equador, à Colômbia, ao Paraguai, se destacam em nível internacional. Essas são sinalizações importantes, apesar de insuficientes, para o fortalecimento de ações anticapital e de destaque dos trabalhadores camponeses na

cena política, o que já não se via com frequência nos últimos tempos.

Da mesma forma, o que vem se sucedendo na Venezuela, particularmente o processo nascente de Reforma Agrária e de expropriação de latifúndios, que apesar de não explicitar com clareza os pressupostos políticos e ideológicos da edificação de um processo que comunga independência e emancipação dos trabalhadores diante dos referenciais políticos mais gerais de gestão do tecido social, nos chama à reflexão.

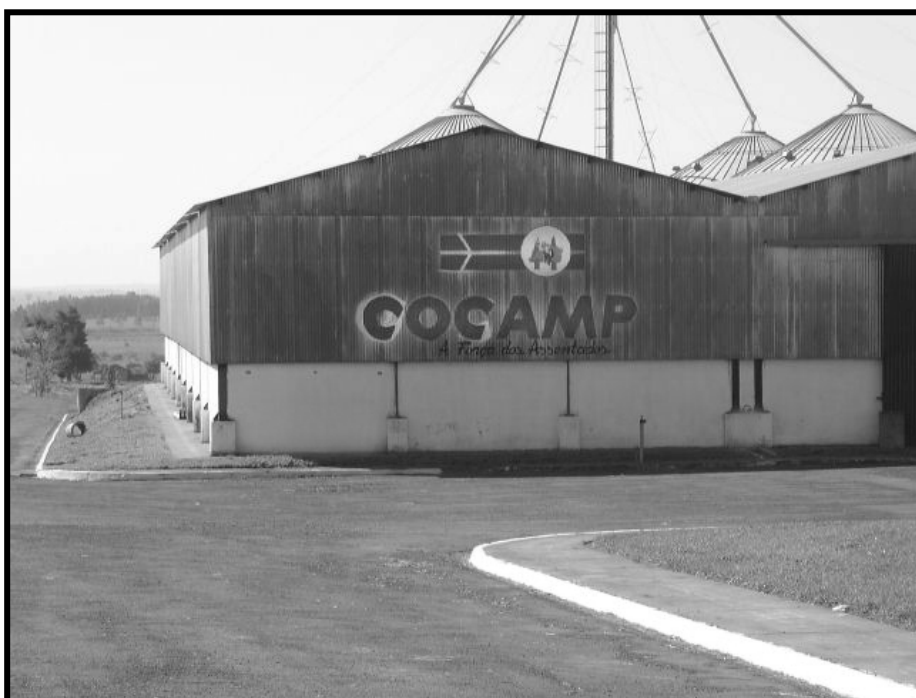
população, os recursos oriundos da riqueza mineral passam a atingir outros objetivos e atores sociais.

É importante destacar que essa dimensão do conflito social que antepõe os interesses populares, representado pelo conjunto dos trabalhadores(as), sejam camponeses, sejam operários, e de outro o grande capital internacional e as frações intraburguesas, e setores da classe média, evidencia o inconformismo dos trabalhadores de que outros rumos podem ser implementados na economia.

A resposta do *referendun* de 2004, e a resistência do povo ao golpe de Estado de 2002, e também a resistência dos trabalhadores à contra-propaganda da mídia internacional em favor do terrorismo de Estado *yankee*, mostra a força dos movimentos sociais na Venezuela e a necessidade da resistência das lutas anticapital.

Em outras partes do planeta poderíamos destacar a luta pela autodeterminação

do povo palestino; a resistência operária dos trabalhadores demitidos da Daewoo, na Coreia do sul; as lutas dos camponeses filipinos para manterem-se na terra; e na Indonésia os enfrentamentos recentes entre as forças de segurança e as organizações camponesas que lutam por Reforma Agrária e política agrícola. São exemplos também: a) as mobilizações e greves na França; b) a aliança entre os verdes, ecologistas, movimentos camponeses, com a participação direta da Via Campesina, Coordenadora Camponesa Européia (CPE), e ONG's contra os transgênicos e na defesa das lutas pró-soberania alimentar dos povos; c) as iniciativas dos assalariados rurais, na



As mudanças em marcha na Venezuela, em relação aos recursos oriundos das exportações de petróleo, que passam a compor os recursos públicos para investimento no setor social (habitação, empregos, saúde pública), até então de uso privado - à base dos acordos expúrios com o capital internacional, mediante o servilismo ao mandonismo dos trustes e do Estado norte-americano - passa a compor os fundos de investimentos nas áreas sociais, particularmente em moradia popular e infraestrutura urbana, como saneamento básico. Isto é, historicamente propriedade dos setores hegemônicos, apaniguados do Estado, que representavam nada mais do que 2% da

Andaluzia, em torno das ocupações de terra e da Reforma Agrária, como as experiências acumuladas pelo Sindicato dos Obreros del Campo (SOC), em Marinaleda (Província de Sevilha) e o exemplo concreto da cooperativização da terra, da produção agrícola e do processamento agroindustrial. As primeiras movimentações de organizações camponesas na Espanha, em torno da Reforma Agrária, da democratização do acesso aos recursos, ainda que nesse momento, estejam restritas aos dirigentes e militantes mais dedicados, e já que contam com a adesão de sindicatos de reconhecida expressão política, tais como Sindicato Labrego Galego (SLG), Asamblea de Pagesos, e com setores importantes da Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG), que tem participação em todo país, todavia com espectro ideológico diferenciado, devido às alianças políticas e dos interesses predominantes.

Para complementar, temos as ações de protestos anticapitalistas que continuam avançando, sobretudo nos países centrais e nas cidades que sediam encontros das cúpulas dirigentes (Seattle, Melbourne, Praga, Nice, Hong Kong, Gênova), e o marco já da V edição do Fórum Social Mundial e uma série de outros Fóruns Regionais que gravitam nessa mesma órbita, tais como o II Fórum Social Europeu (Paris, novembro de 2003), e o recém realizado Fórum Social do Mediterrâneo (Barcelona, junho, de 2005).

Contrariamente, os segmentos da classe trabalhadora qualificados e intelectualizados que estão inseridos nos setores mais tecnologicizados e com maior participação no processo de criação de valor, tais como: bancários, petroleiros, metalúrgicos, e outros, não apresentam o mesmo poder de resistência anticapitalista. Isto é, intensa e duramente atingidos pelos rearranjos do capital, os trabalhadores passaram a vivenciar os efeitos da deslocalização, remodelação tecnológica e gerencial. Exemplo histórico de combatividade da classe trabalhadora no Brasil, especialmente a partir do final dos anos 1970, já nos anos 1990, vivencia diminuição marcante da sua capacidade de resistência e na liderança das lutas sociais mais gerais.

os segmentos da classe trabalhadora qualificados e intelectualizados que estão inseridos nos setores mais tecnologicizados e com maior participação no processo de criação de valor, tais como: bancários, petroleiros, metalúrgicos, e outros, não apresentam o mesmo poder de resistência anticapitalista

Mesmo diante desse cenário de imobilismo mais acentuado verificado para o operariado, a bandeira da Reforma Agrária e todo o contexto social e político que mobiliza ainda será relegada por expressivo

contingente de militantes, políticos, pesquisadores e cientistas, por não prescrever os caminhos previamente traçados de como deve ou deveriam ser/conter as lutas emancipatórias, ou mesmo a revolução socialista? Se com esses ou aqueles elementos, determinados por tais ou quais arranjos da conjuntura e das alianças políticas não tem credibilidade revolucionária por que não foi capaz de destruir a propriedade privada da terra? Por aglutinar, por certo, maior contingente de camponeses e não de operários puros/clássicos (aliás massacrados pela fúria destrutiva do capital), menos atenção ou importância se reservaria ao tema já que não

conteria os aspectos elementares e predefinidores do momento revolucionário?

Em essência, por não conter no seu núcleo central os atores-sujeitos revolucionários, a luta pela Reforma Agrária e o conjunto de lutas que daí pode derivar, estariam fadados ao insucesso, e nem sequer tangenciariam os pressupostos das lutas emancipatórias.

Nessa mesma linha de argumentação, mas com as atenções para os operários rurais, potenciais soldados da emancipação, constatamos que sob a regência das determinações que redefinem em profundidade as relações sociais de trabalho e de produção, têm-se também os efeitos do que está ocorrendo com a maioria das entidades sindicais e de organização política dos trabalhadores em geral.

Cada vez mais fragilizados pela racionalização capitalista no campo ou pelos efeitos da mecanização/automação/transgenificação, processo também denominado por “artificialização da agricultura”, são vitimados diretamente por conta do desemprego e, conseqüentemente, pelo esvaziamento dos filiados, e pela diminuição da arrecadação.

Nossas pesquisas têm demonstrado que permanece de maneira geral o distanciamento crescente das entidades de organização dos trabalhadores formais (com carteira assinada), das suas respectivas bases. Tampouco têm políticas, e por suposto não atingem os operários de outrora para que retornem ao

“mundo proletário”, ou formulam políticas para parcela crescente dos trabalhadores que são destituídos do *status* de então, e agora passam a vivenciar outros espaços de inserção laboral, ou buscam outras alternativas de sobrevivência e, conseqüentemente, habitam outras expressões do conflito de classe, e experienciam o duro golpe do desemprego temporário/permanente.

Como nos diz Antunes (1999, p.217): “Contraditoriamente, são esses setores mais qualificados os que sofrem de modo mais intenso o processo de manipulação no interior do espaço produtivo e de trabalho”. O fato de experienciarem maior envolvimento e subordinação à dinâmica (re)produtiva do capital, não se traduz, do ponto de vista da consciência de classe, em ações emancipatórias.

Enfim, tudo isso está nos cobrando novas compreensões, especialmente diante do intenso refluxo, desde meados da década de 1990 nos setores mais próximos do núcleo central produtivo/industrial e de serviços, e por outro lado, do fortalecimento dos movimentos sociais diretamente envolvidos nas ocupações de terra que recobrem parcelas expressivas de camponeses e produtores familiares com pouca terra, desterrados e elevados contingentes de desempregados oriundos dos centros urbanos e dos campos.

O nível e a intensidade da manipulação e dominação em execução com as mudanças incutidas na organização do processo de trabalho, através do *toyotismo* e suas diversas combinações (fundamentalmente através da apropriação do saber operário pelo capital, e dos círculos de qualidade ou “autocontrole” do trabalho), e mesmo outras formas de gestão do trabalho, apelam para a participação do trabalhador como parceiro em defesa da empresa.

Dessa forma, os sindicatos têm seus desafios multiplicados, especialmente no que tange às ações políticas de confronto com o capital e os inimigos de classe. Todavia, o

*subordinação à
dinâmica
(re)produtiva do
capital, não se
traduz, do ponto
de vista da
consciência de
classe, em ações
emancipatórias.*

significado mais expressivo da inoperância da ação sindical reside no fato de haver a predominância do distanciamento da luta de classes, para o conjunto das entidades/agremiações e suas vinculações federativas/confederativas e junto às centrais sindicais.

O privilegiamento das ações organizativas/reivindicativas para as esferas do Estado e dos governos está engessando as diretivas sindicais para as instâncias políticas permitidas e aceitas pelo capital, desfocando assim a legitimação das lutas trabalhistas do âmbito dos interesses de classe dos trabalhadores. Assim, as Câmaras Setoriais se espalharam desde a primeira metade dos anos 1990 e ainda na atualidade se fazem presentes, apesar de desacreditadas, em detrimento de ações ofensivas dirigidas para a resistência frente aos Bancos, ao capital financeiro, às grandes empresas capitalistas do agronegócio, aos latifundiários e aos proprietários de terras.

8. (Des)identidade e Plasticidade do Trabalho

Dessa forma, os reais protagonistas da concentração de riquezas, de renda, capital, miséria, e de poder ficam fora do conflito e blindados dos enfrentamentos políticos de classe com os trabalhadores. Sem contar que, a ausência de uma política agrária capaz de atingir o núcleo central do poder de frações da burguesia que se assenta na estrutura da propriedade da terra, mantém os fundamentos do patrimonialismo e do ativo terra como quesito para o enriquecimento e empoderamento dos setores hegemônicos. Quesito esse umbilicalmente ligado ao direito de propriedade, que desde o século XVIII foi sacralizado e é um dos pivôs do pensamento político e jurídico ocidental.

Esse quadro se complexifica ainda mais quando se define *a priori* os elementos

avaliativos gerais e específicos para classificar/enquadrar determinadas especificidades vividas pelas diferentes condições de trabalho e de vida dos trabalhadores nessa viragem do século XXI. Os nexos de convivência no âmbito do trabalho estranhado perdem-se, e com ele a necessária compreensão interativa entre os reais significados desse processo para a classe trabalhadora, quando não se considera o fluxo constante e contraditório das formas geográficas de externalização do trabalho.

Esse processo não tem sido entendido porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes da práxis histórica, social e concreta do trabalho. Então, é como se pudéssemos propor a ruptura da blindagem teórica que não nos permite compreender, sob esse referencial, a dialética existente entre as dimensões material e imaterial, e também subjetiva do trabalho, que marca as identidades da classe trabalhadora e toda a ordem dos fetiches que lhe é intrínseca. Por exemplo: ser operário e ser camponês, nessa ou naquela

a dialética existente entre as dimensões material e imaterial, e também subjetiva do trabalho, condição, tempo e lugar, enfim, no âmbito das relações espaciais e as experiências territoriais do conflito de classe que nele se manifestam e se concretizam.

Há que se considerar para tanto, não somente ou exclusivamente os aspectos econômicos ou determinados pelas relações econômicas e/ou salariais, mas também a bagagem cultural dos trabalhadores, e no caso específico dos camponeses a estrutura familiar, a ética camponesa para grupos e indivíduos específicos (ribeirinhos, posseiros, assentados, produtores integrados, parceiros...). Por isso, pode variar segundo a trajetória de vida e de

incursão geográfica e histórica nas demais atividades laborativas sob o predomínio de determinadas relações de produção e de trabalho, e que também expressam diferentes relações de trabalho e de acesso à terra.

É com base nesse processo que devemos compreender a dimensão da ética camponesa, na qual terra, trabalho, e família são valores que figuram não somente no universo moral, mas também como nucleadores dos princípios da hierarquia interna da família e da organização política dos trabalhadores. Não obstante, esses elementos juntos compõem uma ordem moral de forte determinação religiosa, que deve ser entendida na sua profundidade histórica.

Outro aspecto importante é que o reconhecimento da especificidade da organização da produção e da existência social estar associada à unidade familiar não implica a negação da diversidade de formas de existência camponesa que estão submetidas, tampouco às diferentes formas de subordinação e sujeição a que podem estar vinculados, e menos ainda a multiplicidade de estratégias adotadas, expressando as evidências da descamponização ou da desterritorialização, e em outros momentos a recamponização, ou a reterritorialização.

É por isso que o campesinato, assim como as demais formas de expressão do trabalho, não é um *a priori*, tampouco uma essência identificada por características próprias, mas se constitui através e por meio da ação histórica dos sujeitos-atores como expressões vivas das contradições da luta de classes.

*um campesinato
homogêneo, e
enrigecido nas
concepções que
dele se faz para
defender e/ou
negar*

Trata-se, portanto e, especialmente, do caso brasileiro, tendo em vista a intensa mobilidade territorial e espacial, devido às especificidades históricas do embate de classes, como a predominância do sistema de posse precária da terra, o seu modo de vida, muito mais do que a terra, aí é o patrimônio que tem sido transmitido, diferentemente do camponês europeu que tem histórico enraizamento territorial com a terra. Disso resulta a condição de instabilidade estrutural e de insegurança em relação à posse dela, o que leva o campesinato no Brasil à busca de novos territórios da luta pela terra que expressam a expansão espacial do conflito de classes, condição, pois, para sua reprodução social.

O que se tem não é a constituição de um campesinato homogêneo, e enrigecido nas concepções que dele se faz para defender e/ou negar esse ou aquele aspecto, mas de identidades diversas que se constroem na luta social, tais como os assentados, produto da luta pela terra no Brasil, após meados dos anos 1980, que inauguram um novo capítulo na história do campesinato e da classe trabalhadora deste país; os povos da floresta; os posseiros; os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros; açazeiros; os arrendatários não capitalistas; os cessionários; os quilombolas; os povos indígenas camponeizados.

Vale destacar todavia, que a característica mais acentuada do campesinato ao apego à propriedade privada da terra pode ser entendida, sobretudo como um mecanismo concreto de defesa da sua reprodução social. Isto é, como forma de se garantir socialmente e não somente como atributo cultural que o vincula de forma unilateral ao seu modo de vida (*modus vivendi*), diante dos embates que travam com os proprietários de terra (latifundiários, capitalistas) e com o Estado. E também, mediante a freqüente realidade da expropriação, de sujeição e dominação, ainda que essa condição da propriedade privada

individual tenha que ser superada, como produto das transformações sociais anticapital, para um estágio em que valha o princípio da propriedade social da terra, onde as famílias tenham acesso e direito de utilizá-la para sua sobrevivência à base do usufruto para viver e trabalhar, em benefício da sociedade, mas não para efeito de comércio e especulação.

A esse respeito é importante registrar que há uma confusão no trato desse assunto, pois coloca-se no mesmo plano os bens de uso pessoal/coletivo, dos quais, no caso, os camponeses desfrutam sozinhos ou com a família, e os meios necessários para o acionamento da máquina produtiva (terra, imóveis, fábricas, infra-estruturas, etc.), oriundos da apropriação privada do todo ou de parte do trabalho social. Vale notar ainda que, um dos principais resultados da ampliação da desregulamentação e da privatização posto em prática nos últimos 25 anos é o aumento da esfera da propriedade privada.

Assim, uma aparente e inocente confusão pode camuflar o ordenamento da escalada da dominação de classe, tanto objetiva quanto ideologicamente. A posse de uma habitação ou de um lote de terra para o trabalho à base familiar e para sua reprodução social, não pode ser tratada no mesmo plano da propriedade privada dos meios de produção, produto da extração de trabalho não pago, ou dos frutos do trabalho de inúmeros assalariados (proletários) ou outras formas de relação de trabalho consorciadas. Isso, então, deixa transparecer que a forma capitalista de propriedade sob a qual se materializa a dominação de classe da burguesia sobre o trabalho, pode apresentar-se como a condição e fruto da liberdade pessoal. (BIHR, 2004).

Depreende-se, portanto, que a propriedade da terra, antes de tudo é uma relação social, mas tampouco tem um sentido somente mercadológico. É, pois, uma relação de complexo conteúdo contraditório porque

envolve a um só tempo trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação.

Por essa lógica é discutível o estigma atribuído ao campesinato, que assinala o vínculo entre a propriedade individual da terra e o trabalho familiar, como elemento que o liga ao passado e portanto, deve ser negado porque não contém os aspectos da modernidade, e tampouco se pode aspirar esse intento como alternativa à sociedade do capital. Está subjacente a essa avaliação a defesa da propriedade coletiva da terra, sendo pois, condição para a consciência coletiva dos camponeses, nos moldes dos atributos existentes para os operários da indústria.

No entanto, como se depreende da própria dinâmica camponesa, a consciência coletiva, diferentemente, é construída no processo de enfrentamento com o capital e com os proprietários de terra, que têm nesta a possibilidade de extrair/cobrar renda de toda a sociedade, ou de incorporar os pressupostos da renda capitalizada, o que para o camponês,

*a consciência coletiva,
diferentemente, é
construída no
processo de
enfrentamento com
o capital*

ao contrário, vale a oportunidade de se garantir socialmente e manter seu modo de vida, apesar de também, em determinadas circunstâncias e momentos se valer desses atributos.

Para compreendermos a complexa trama de relações que recobrem o mundo camponês, temos que considerar um conjunto articulado de aspectos e elementos que não se resumem à esfera econômica e que todavia, isolam a inserção mercadológica da produção encimada da estrutura familiar, da bagagem cultural, do projeto de unidade familiar no contexto do conflito social e da luta de classes.

Esse processo não tem sido entendido porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes da práxis histórica, social e concreta do trabalho. Então, é como se pudéssemos propor a ruptura da blindagem teórica que não nos permite compreender, sob esse referencial, a dialética existente entre as dimensões material e imaterial, e também subjetiva do trabalho, que marca as identidades da classe trabalhadora e toda a ordem dos fetiches que lhe é intrínseca, por exemplo, ser operário e ser camponês, nessa ou naquela condição, tempo e lugar, enfim, no âmbito das relações espaciais e as experiências territoriais do conflito de classe que nele se manifestam e se concretizam.

Por isso, pode variar segundo a trajetória de vida e de incursão geográfica e histórica nas demais atividades laborativas sob o domínio de determinadas relações de produção e de trabalho, e que também expressam diferentes relações de trabalho e de acesso à terra. É nesse processo que devemos compreender a dimensão da ética camponesa, na qual terra, trabalho, e família são valores que figuram não somente no universo moral, mas

também como nucleadores dos princípios da hierarquia interna da família e da organização política dos trabalhadores. Não obstante,

na viragem do século XXI - é que podemos entender o camponês e o campesinato como integrante da classe trabalhadora, imerso, pois, no metabolismo social do capital

esses elementos juntos compõem uma ordem moral de forte determinação religiosa, que deve ser entendida na sua profundidade histórica.

Assim, é no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção e ao processo mais geral da reprodução ampliada do capital e os impactos para o universo do trabalho, e que também reproduzem relações não essencialmente capitalistas - são as que indicam a realidade camponesa na viragem do século XXI - é que podemos entender o camponês e o campesinato como integrante da classe trabalhadora, imerso, pois, no metabolismo social do capital¹³ e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças políticas do trabalho.

O essencial está em não desconsiderarmos os processos sociais que modificam os sentidos e as significações do campesinato diante da luta de resistência, tendo significado ampliado para os assentamentos rurais, e das diferentes realidades que experimenta quando vive a descamponização e quando se recamponiza, produzindo novas experiências no interior do território da luta política.

9. Considerações Finais

A rigidez dos modelos e esquemas interpretativos está prevalecendo sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar. As formulações predefinidas refutam o processo histórico-empírico real de formação das classes.

Assim, poderíamos indagar em que medida essa formulação arraigada aos fundamentos do capitalismo do século XIX e início do século XX, base da fundamentação teórica dos clássicos, e portanto desfocada do atual embate da luta de classes nos permite entender a espacialização dos movimentos sociais, e o embate entre as classes sociais, no Brasil, nesse início de século XXI? E aqueles que estão diretamente envolvidos na temática da luta pela terra e pela Reforma Agrária, com vínculos e origens diferenciadas do ponto de

vista histórico e geográfico, ou as especificidades dos territórios em conflito?

O que ponderamos é que estratégias de lutas em torno da posse da terra, ou mais ainda, da Reforma Agrária – mesmo com todas as limitações que contém – têm sido capazes de atingir inúmeros setores do universo do trabalho no Brasil.

Inclusive, tem influenciado positiva e amplamente, dirigentes, militantes e as próprias entidades e os trabalhadores de diversos continentes. Poderíamos destacar: as experiências registradas pela Via Campesina; pelo Fórum Mundial dos Pescadores, explicitadas publicamente durante o Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), realizado em Valência, em dezembro de 2004;

as ações e desdobramentos das seis versões do Fórum Social Mundial (FSM), que já foi identificado como espaço de atuação de uma Internacional Camponesa.

Então, o apregoado fim do campesinato, em suas múltiplas compreensões, desde aquelas amparadas nas formulações mais conservadoras até aquelas que sua extinção pode significar o início de relações modernas e amparadas no desenvolvimento das forças produtivas, possivelmente na revolução operário-camponesa, não se materializou. Todavia tem tido força para impactar e influenciar os horizontes acadêmicos, sindicais, e políticos de maneira geral, de tal maneira que os apegos às frases feitas ou às apologias teóricas decimônicas, desenraizadas da realidade viva do trabalho nessa viragem do século XXI,

ainda se façam valer. Até aí tudo bem, porque o que seria do debate se não pudesse contemplar a pluralidade das idéias, das teses.

O que está em questão, contudo é o total desenraizamento de posicionamentos que não são capazes, portanto de expressar o mundo concreto e contraditório do espaço-tempo de agora, ou o constante fluxo de redefinições que atingem o conjunto dos trabalhadores (urbanos, rurais), camponeses, autônomos, assalariados, enfim o universo simbólico, a *mentalidade* camponesa, operária... Tanto a diferenciação gerada pela sujeição da renda da terra e pela materialização da renda capitalizada da terra que o destrói, transformando uma parcela pequena em capitalista e a grande maioria em assalariados,

quanto a crença da inviabilidade da agricultura camponesa diante da hegemonia da agricultura capitalista, ofuscam sua existência.

Deixar de ser camponês e vivenciar o universo clássico do trabalhador

Deixar de ser camponês e vivenciar o universo clássico do trabalhador proletário, com ou sem vínculos formais, podendo participar das inúmeras formas de subordinação e de dominação às relações hegemônicas capitalistas, é também um aspecto da realidade do trabalho que consideramos nas nossas pesquisas

proletário, com ou sem vínculos formais, podendo participar das inúmeras formas de subordinação e de dominação às relações hegemônicas capitalistas, é também um aspecto da realidade do trabalho que consideramos nas nossas pesquisas, sob pena de negligenciarmos a própria existência diferenciada e contraditória do trabalho na sociedade do capital.

Então, a existência do trabalho estranhado ou do estranhamento como condição para a reprodução dos valores da sociedade do capital, é a garantia dos

pressupostos controlistas dos setores hegemônicos e do Estado sobre o trabalho. Já noutra circunstância, o retorno à experiência camponesa, bem como o ingresso às novas relações (para os que não as conheceram anteriormente, nem nas gerações anteriores) e, em decorrência, ao subjugo ao capital e aos setores dominantes via a sujeição da renda da terra, outros vínculos sociais são reavivados (ex-camponeses e descendentes), e inovados (para os que nunca tiveram vínculos com a terra) respectivamente, que negam a proletarização completa e a permanência aos atributos do extermínio do modo de vida camponês.

É imprescindível, diante desse rico processo de redefinições e de mudanças de papéis e de expressões sociais, entendermos os conteúdos espaciais e os nexos e significados territoriais da luta de classes que se materializam nesses estágios diferenciados da existência do trabalho: camponês ↔ operário / proletário ↔ camponês.

É o entendimento dessa totalidade viva do trabalho, isto é, da plasticidade constantemente refeita e que caracteriza a materialidade e a subjetividade de cada forma de expressão geograficamente determinadas, e ainda o sentido/significado/conteúdo que tem nos diferentes lugares e suas contradições, que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as predefinições concebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação.

Diante dessa preocupação chamamos atenção para a necessidade de que sejam priorizados nos estudos sobre a estrutura de classe e as questões de cunho político-organizativo, o posicionamento crítico e autocrítico dos sujeitos-atores. Ou seja, em concordância com Marx (1985), os pressupostos pelos quais nos baseamos “não são arbitrários, não são dogmas”, são

pressupostos reais e são, pois, constatáveis empiricamente.

Portanto, podemos asseverar que não há um destino predefinido para o campesinato, sendo esse, pois, delineado por meio das contradições imanentes do processo histórico, e por via de conseqüência pelas posições que defende no âmbito das lutas, que por sua vez ultrapassam os limites da questão agrária, entendida como algo restrito às relações agrárias propriamente, como vimos defendendo em nossos trabalhos. Isto porque cada vez mais se complexificam os fluxos e as contradições entre o campo e a cidade do ponto de vista das formas de realização do trabalho, das ações políticas e do conflito de

existência do trabalho:
camponês ↔ operário /
proletário ↔ camponês.

classe, tendo em vista que o capital controla esse processo e o intensifica

aos moldes da sua reprodução ampliada e dos mecanismos de controle dos conflitos de classe.

Desconsiderar o conjunto das lutas dos trabalhadores que estão diretamente envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, em marcha no Brasil e que rompe com os limites predefinidos dos recortes da divisão técnica do trabalho, das fronteiras teóricas e políticas do que se entende pelo trabalho (por exemplo: urbano, rural), é estar negligenciando/ignorando as novas relações sociais (familiares e pessoais) que confrontam com as hierarquias e procedimentos de subordinação e sujeição do trabalho, que não se restringem, todavia à esfera econômica.

Assim, a construção do novo desde a raiz, longe de nos reservarmos às receitas, ou às expectativas com datas marcadas, contém novos referenciais que põem em xeque o interior dos processos, os fenômenos, as organizações, as pessoas. Ou seja, nada que se

conforma tão-somente à esfera agrária poderia conter a realidade social, as demandas do conjunto dos trabalhadores que ultrapassam as fronteiras prestabelecidas para buscarem sobrevivência e novas alternativas de vida.

É por isso que entendemos que a construção/realização da Reforma Agrária não se restringe ao universo camponês, mas ao conjunto da sociedade; assim como o desemprego urbano e a luta pela moradia nas cidades não se restringem tão somente aos operários/proletários urbanos, pois o capitalismo não cria condições para eliminar a escassez da vida social (se no campo, se na cidade), tampouco o desenvolvimento da abundância (se no campo, se na cidade).

O mesmo processo social que fragiliza as condições de existência, o tecido social, está engravidado de precarização que se expressa em diferentes formas, todavia do ponto de vista da totalidade viva do trabalho, é uma construção teórica a ser alcançada, porque não se comunica ou a plasticidade está fragmentada em partes incomunicáveis e blindadas.

O mesmo processo social que fragiliza as condições de existência, o tecido social, está engravidado de precarização

Haveremos então de enxergar a plasticidade do trabalho expressa nesse processo, e as especificidades simbólicas de cada uma das formas de expressão, para que possamos entender a riqueza dos conteúdos sociais da classe trabalhadora, tanto do campesinato que se mantém enraizado ao modo de vida e de trabalho da família camponesa, e do trabalhador egresso das experiências proletárias (operário urbano e rural), quanto dos operários que não desnudaram integralmente os valores da

campesinidade, mas que foram subsumidos pelo modo de vida e pelas determinações fetichizadas do mundo operário/proletário vinculado ao núcleo central da produção de mercadorias e de extração de mais valia.

Ou seja, por meio de um movimento duplo, inseparável e a um só tempo articulado, se pode recolocar esses limites teóricos, quando nos propomos a focar no âmbito da plasticidade existente entre as diferentes externalizações do trabalho (assalariados, camponeses, sem-terras, seringueiros, camelôs, desempregados, etc.), e as capilaridades entre as esferas de convivência em sociedade (social, política, econômica, cultural).

Diante das mudanças constantes de atividades laborativas, quase sempre em bases precárias e informais, contingentes cada vez mais expressivos de trabalhadores percorrem caminhos, vivenciando experiências laborativas internamente às diferentes subcategorias, sem que com isso lhes esteja à disposição ou próxima, alguma entidade de organização capaz de defender seus interesses imediatos e sobretudo, de classe, mesmo que limitadas à contingência da divisão técnica do trabalho.

Isso tem complexificado e dificultado a compreensão desse processo pelos dirigentes, lideranças, instâncias de organização, e pelos próprios trabalhadores. Notamos que o esvaziamento dos sindicatos não é somente quantitativo, mas também o é marcadamente qualitativo, pois presos que estão às ações setoriais, vivem a perversidade da fragmentação do trabalho e de classe na sua origem (inclusive é a própria razão de ser das corporações sindicais com base na divisão técnica do trabalho) e, em outro nível da práxis política cristalizam as fissuras da fragmentação de classe.

Entendemos ser de suma importância apresentarmos essas idéias para o debate público, para qualificarmos nossa compreensão sobre o conflito irreconciliável entre capital e trabalho. Daí que a construção

teórica do conceito de classe trabalhadora comparece como um dos nossos objetivos, e produto das contribuições que estamos colhendo das pesquisas, e dos aprendizados coletivos em curso.

Todavia, estamos seguros de que a classe trabalhadora nesse início do século XXI, só pode ser entendida se formos capazes de enxergar o movimento constate de (des)realização do trabalho que qualifica a plasticidade existente entre as diferentes formas de materialização do trabalho, sob a regência das relações contraditórias da luta de classes.

A polêmica que esse assunto recobre tensiona um debate que não se circunscreve à instância acadêmica, mas se enraíza também internamente ao movimento social.

10. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Hucitec. 1992.
- ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BERNARDO, J. **Capital, sindicatos, gestores**. São Paulo: Edições Vértice, 1987.
- CARVALHO, H. M. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba, 2005. (Mimeografado).
- ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: **Silva, J.G. e Stolcke, V.** (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- KAUTSKI, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.
- KURZ, R. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo, 1998. (Mimeografado).
- LESSA, S. Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária. **Lutas Sociais**, São Paulo, n/ 13 e 14, pp.106-121, 2005.
- MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes. 1981.
- MARTINS, J. S. **O poder do atrazo: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes, 1987.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MAZOYER, M. **Defendendo al campesinado en un contexto de globalización**. Crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea. Disponível: www. Acesso em: 10 de outubro de 2004.
- OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Cadernos do XII Encontro Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2004.
- ONU. **Informações Estatísticas**. (Vários anos). Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>
- PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

THOMAZ JR., A. Abra, 2001.

THOMAZ JR., A. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica). In: **MARQUES, M. I.** (Org.). São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004.

THOMAZ JR., A. "Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho". Fórum Mundial sobre Reforma Agraria – **Fondo Documental**, 2004. Disponível em: "http://www.cerai.es/fmra/archivo/thomaz_junior.pdf" \t "_blank" Acesso em: 03/01/2005.

THOMAZ JR., A. "Leitura" Geográfica da Práxis Social do Trabalho. **Abalar**, Santiago de Compostela, n.5, 2005a.

THOMAZ JR., A. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho. Relatório de Pesquisa/CNPq.** Estágio de Pós-Doutorado. Santiago de Compostela, 2005b. (Mimeogr.) 238 p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (v. 1, 2 e 3).5



Resumen: Las eventuales fronteras y las predefiniciones de lo que es ésta o aquella clase social, ya no nos permiten más comprender las complejas tramas sociales del universo del trabajo y sus mundos, fragmentados en las diferentes situaciones laborales y contextos de dominación y subordinación, identificados también como fragmentos en el ámbito de la praxis teórico-política. Esto demanda una urgente recapitulación de lo que es ser campesino, ser obrero, ser trabajador autónomo, domiciliar etc., en el ámbito de la realidad social del trabajo, del desempleo, de la lucha por la Reforma Agraria y del conflicto de clases. Esto ocurre sin que nos demos cuenta de que el edificio social bajo el referencial de la centralidad del trabajo, continua siendo la fuente del valor de la sociedad capitalista, aún más, la base de la creciente precariedad/ falta de cualidad/ fragilidad de contingentes expresivos de mujeres y hombres trabajadores. Lo que está en cuestión es entender la dialéctica existente entre la dimensión material y la subjetiva del trabajo y la apuesta en un nuevo internacionalismo del trabajo anti-capital, en sus diferentes expresiones, sea en el campo o en la ciudad.

Palabras clave: campesino, obrero, trabajo, emancipación social, clase trabajadora

bstract: The predefinitions and concerns about what it's this or that social class and the eventual boundaries between them, don't let us understand the really complex social process into the labour universe and its worlds, which are fragmented by the theoretical -political praxis. Its demand us a urgent recapitulation about what it's be a peasant, be a proletarian, be a autonomous or home worker etc. inside the social labour reality, the unemployed, the Agrarian Reform Struggle and the class struggle. That happens without noticing that the social edifice is constructed by the labour centrality reference, moreover, the base of the increasing precariousness, disqualification and fragility of women and men worker's expressive quotas. What it is in question: to understand the dialectic that exists between the material and subjective dimension of labour and the belief in a new labour internationalism against capital, with different manifestations in the country side and the city.

Key Words: Peasant, worker, labour, social emancipation, working class.